

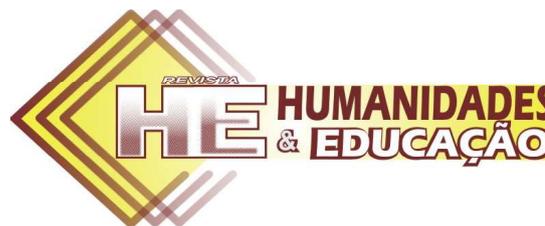
O papel do/a professor/a reflexivo/a diante da representação da violência de gênero e sexualidade no ambiente escolar

The role of the reflective teacher in the face of the representation of gender violence and sexuality in the school environment

Auricelia de Aguiar Silva *

Dimas dos Reis Ribeiro **

Francisco de Assis Carvalho de Almada ***



Imperatriz (MA), v. 7, e062406, jan./dez. 2025.
ISSN 2675-0805

Recebido em: 24 de novembro de 2024

Aprovado em: 05 de março de 2025

RESUMO

O presente artigo traz uma abordagem sobre a função do/a professor/a diante da representação da diversidade de gênero e sexualidade, visto que a atuação docente torna-se um ponto de discussão e reflexão perante as mudanças socioculturais que envolvem o processo educativo. Ressaltamos também a cultura da violência frente as representações das diferenças na escola. Este estudo tem por objetivo analisar o papel do/a professor/a reflexivo/a diante da representação da violência de gênero e sexualidade no ambiente escolar. A pesquisa é de caráter bibliográfico, na qual analisamos autores que estudam as teorias que envolvem: a formação docente e a atuação reflexiva de professores; a representação social do sujeito; a cultura da violência no ambiente escolar; e gênero e sexualidade no meio educacional. O estudo sobre a formação e atuação do/a professor/a reflexivo/a contou com os seguintes autores: Candau, (2010; 2020); Gatti (2016); Libâneo (2013) e Pimenta (2010; 2012). Outro aspecto abordado foi a representação social do sujeito, para o qual foram utilizados os autores: Durkheim (2008); Magnani (2004) e Martins (2014). Ao tratarmos da cultura da violência no ambiente escolar, recorremos a Abramovay (2009), Daniels (2003), Neves (2010), Quintero (2009) e Rocha e Lima (2019). O estudo sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar se baseou nos estudos de Furlani (2007), Hundertmarck (2021), Silva (2013) e Silva (2015). Os resultados indicam que a escola é um cenário multicultural em que o docente deve acolher as diferenças de modo a não propagar a discriminação ou preconceito, sabendo aceitar a diversidade.

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus de Imperatriz, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UEMA), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UNIASSELVI). Áreas de estudos: violência institucional, violência doméstica infantil, formação de professores e gênero e sexualidade. E-mail: auricelia.aguiar@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1134-5480>

Palavras-chave: Professor/a. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

This article brings an approach to the role of the teacher in the face of the representation of gender and sexuality diversity, where the teaching role becomes a point of discussion and reflection in the face of the sociocultural changes that involve the educational process. We also highlight the culture of violence in view of the representations of differences at school. This study aims to analyze the role of the reflective teacher in the face of the representation of gender and sexuality violence in the school environment. The research is of a bibliographical nature, where we analyze authors who study theories that involve teacher training and reflective performance of teachers, the social representation of the subject, the culture of violence in the school environment and gender and sexuality in the educational environment. The study on the formation and performance of the reflective teacher had the following authors: Candau, (2010 and 2020); Gatti (2016); Libâneo (2013) and Pimenta (2010 and 2012). Another aspect approached was about the social representation of the subject, where the following authors were used: Durkheim (2008); Magnani (2004) and Martins (2014). When dealing with the culture of violence in the school environment, we turn to Abramovay (2009); Daniels (2003), Neves (2010), Quintero (2009) and Rocha and Lima (2019). The study on gender and sexuality in the school environment included studies by Furlani (2007); Hundertmark (2021); Silva (2013) and Silva (2015). The school is a multicultural setting in which the teacher must welcome differences so as not to propagate discrimination or prejudice, but know how to accept diversity.

Keywords: Teacher. Gender. Sexuality.

1. Introdução

Este artigo apresenta estudos realizados na disciplina “Saberes docente e práticas pedagógicas”, do Mestrado em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mais especificamente sobre as questões de interesse de minha pesquisa de mestrado que trata da representação

** Doutorado em Serviço Social e Mestrado em História, ambos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca. Atualmente é docente na Coordenação de Ciências Humanas (Habilitação em História) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus de Pinheiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) – Mestrado Profissional em Educação e Práticas Educativas, UFMA-Campus de Imperatriz. Áreas de estudo: História Geral, História do Brasil, História da Morte, Arte Cemiterial, Políticas Públicas e Poder Local. E-mail: dimas.ribeiro@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8502-5631>

*** Doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília (UNESP). Professor Adjunto III da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e professor Adjunto I da UFMA e também professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) – Mestrado

da violência de gênero e sexualidade, com foco no papel do/a professor/a no ambiente escolar. É nesse sentido que trazemos discussões sobre a prática reflexiva do/a professor/a, sobre a cultura da violência e sobre a representação de gênero e sexualidade e seu significado na atuação do/a professor/a no âmbito escolar.

O docente em seu papel deve refletir sobre sua atuação, especialmente porque ela se desenvolve em um contexto social diversificado como o campo escolar, onde as diferenças são diversas e podem entrar em conflito surgir devido a pré-conceitos que geram preconceitos e discriminação. É nesse sentido que trazemos como objetivo principal a necessidade de analisar o papel do/a professor/a reflexivo/a diante da representação da violência de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Visando também compreender o papel do/a professor/a reflexivo/a frente à cultura da violência na escola assim como a representação de gênero e sexualidade no ambiente escolar a partir da atuação docente.

Para tanto, este texto está dividido em duas partes. Na primeira, exploramos a função do/a professor/a reflexivo/a diante da cultura de violência que assola o ambiente educacional, discutindo a atuação desse profissional diante da dinamicidade da sociedade e levantando discussões sobre a representação da cultura da violência no ambiente escolar. Outro ponto a ser debatido é o olhar sociocultural que envolve o trabalho docente, em que analisamos o papel do docente em uma sociedade de constantes mudanças, em que o professor/a adquire novas funções, que lhe possibilita buscar uma reflexão pedagógica sobre sua didática e lhe coloca como um sujeito em processo constante de formação do seu saber e de construção do seu conhecimento profissional.

Na segunda parte, tratamos da representação de gênero e sexualidade, discutindo a atuação do/a professor/a diante das diferenças, analisando essa representação no ambiente escolar. Também buscamos debater o papel do/a professor/a nas discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar levantando questionamentos sobre a sua postura diante das diferenças e da padronização dos estereótipos, pois a forma como o/a professor/a conduz a relação de diferenças pode configurar em um ato de discriminação, o que torna a reflexão sobre o trabalho docente tão importante no ambiente escolar.

O papel do/a professor/a reflexivo/a frente à cultura da violência na escola

O/A professor/a antes de ser professor/a, ele/ela é ser humano e convive com diferentes dilemas sociais que o/a instigam a refletir sobre o contexto que o/a cerca, de modo que a sua identidade profissional se forma mediante reflexões sobre um cenário que se constitui pelas desigualdades presentes na sociedade. O contexto social é dinâmico e, por isso, passa por mudanças históricas que envolvem os seus sujeitos, transformando suas concepções nos diferentes ambientes, como a escola. Todavia, quando essas mudanças ocorrem no meio escolar, o papel do/a professor/a reflexivo/a envolve outros sujeitos como os/as estudantes, entre outros que convivem com as desigualdades socioculturais e educativas que abarcam o cenário educativo e nelas intervêm .

A função do/a professor/a exige reflexões críticas e metodologias que possibilitem uma articulação entre teoria e prática a partir do contexto social e cultural que permeia as dimensões de uma sala de aula. Para isso, é preciso ter como base inqueitações vinculadas à prática docente, às quais a pessoa do/da estudante está fortemente vinculada. O/A estudante traz a sua representação para o ambiente escolar, onde a figura do “eu”, em um ambiente coletivo, une-se a outras representações concordando ou contradizendo-as, e é nessa configuração que o/a professor/a deve se perguntar: Qual é o meu papel? Como posso contribuir em meio à desigualdade ou diversidade de opiniões?

A representação da cultura da violência no ambiente escolar

A escola é um espaço de sociabilidade humana de diferentes culturas, o que a torna um campo fértil para produção e equilíbrio de conflitos de texturas sociais diversificadas (Neves, 2010). Nesse sentido, a escola pode ser considerada um ambiente privilegiado por sua diversidade sociocultural, além de ser um local de descrição das condições sociais do sujeito e de construção das relações de estruturas históricas e sociais.

O papel do/a professor/a se torna singular em um ambiente com tantas representações, como a escola, pois, quando há muitas opiniões ontraditórias, pode surgir um outro aspecto configurando a desigualdade: a violência no contexto escolar. A não aceitação da representação social do outro pode desencadear esse tipo de violência, de modo que a figura do/a professor/a se torna a de um/uma mediador/a, pacificador/a e conselheiro/a de uma situação conflituosa.

Sobre isso, Neves (2010) nos diz que a cultura da violência¹ tem se expandido e se reproduzido dentro das escolas. E suas causas podem estar associadas à desigualdade social e discriminação de gênero e de sexualidade; entre outros tipos, em que o ato de agressão vai além do corpo físico, por se tornar uma agressão ao ser humano como pessoa social de direitos e deveres. É nesse contexto que o/a professor/a deve ter o cuidado de não avigorar os preconceitos acerca da sexualidade de seus/suas alunos/as e/ou reforçar a desigualdade de gênero. Sobre isso, Candau (2011) nos remete que o/a docente assume um papel bastante significativo na educação de seu/sua aluno/a, que pode mudar a sua trajetória de vida.

Recorremos, então, às palavras de Abramovay (2009) para justificar que a violência que surge na realidade social cresce diariamente e se representa no ambiente escolar, de modo que a escola deixa de ser um espaço protegido para torna-se reprodutora dos vários tipos de violência que afetam a sociedade. o que torna os/as professores/as e alunos/as elementos culturais significativos nesse processo de conflito e contextura social, uma vez que o olhar da sociedade sobre a cultura da violência sofre mudanças.

¹ A expressão “cultura da violência” é utilizada para explicar que a violência se modifica ganhando sentido e manifestando-se em diferentes períodos históricos, evoluindo de forma visível e invisível ligada a formas simbólicas e institucionais de expressão (Neves, 2010).

Magnani (2004) nos aponta que são as condições de inclusão social dos agentes que determinam sua representação e sua manifestação em determinado grupo social. Já Neves (2010) e Quintero (2009) defendem que as transformações acontecem pelas mudanças de valores que caracterizam uma nova cultura de infância e de violência na escola. Portanto, as discussões desses/as autores/as nos permitem perceber que a questão da cultura da violência no ambiente escolar decorre de mudanças socioculturais que envolvem o processo educativo, pois são muitos os tipos de violência que podem ser encontrados no âmbito escola resultante da diversidade cultural que constitui esse espaço.

Então, diante dessa diversidade, o/a professor/a reflexivo/a tem a possibilidade de contribuir, pois, mesmo na cultura de representação da violência que tem acometido o cenário educacional, a figura do/a professor/a deve se questionar sobre o panorama de seu trabalho e da diversidade sociocultural de sua sala de aula. O/A professor/a, ao se deparar com situações de mudanças que transcorrem em sua prática, deve construir novos conhecimentos que lhe forneçam instrumentos que o/a habilite a atuar diante de aspectos de desigualdade social, diferenças socioculturais e cultura da violência, entre outros que fazem parte do ambiente escolar.

Nesse sentido, Rocha e Lima (2019) discutem que a escola deve propiciar o diálogo, conscientizando os indivíduos sobre as situações em que se encontram inseridos e as relações que os representam. Já os estudos de Daniels (2003) nos apontam que as mudanças que caracterizam o âmbito escolar, organizando a cultura em suas diferentes formas, que vão se modificando frente aos conflitos e fenômenos sócio-históricos. Essa transformação da cultura envolve um processo de modificação dos conflitos sócio-históricos que pode propiciar uma cultura de violência que é trazida de fora para dentro dos muros da escola.

Segundo Neves (2010, p.124), o “fenômeno violento dentro da escola tem a ver com o fenômeno violento fora da escola”. A violência no ambiente escolar é internalizada de acordo com a influência cultural e por sua condição de transformação que está vinculada às mudanças sociais. É nesse contexto que encontramos a pessoa do/a professor/a que deve buscar condições para desenvolver um processo de ensino e aprendizagem propício aos sujeitos socioculturais do cotidiano escolar.

O papel do/a professor/a reflexivo/a: um debate sociocultural do trabalho docente

Se formos analisar o papel do/a professor/a numa sociedade de constantes mudanças culturais, podemos dizer que ele/a se encontra em debate permanente sobre a construção de sua identidade profissional, pois, em meio à dinamicidade sociocultural, o/a professor/a adquire novas funções que fomentam uma reflexão pedagógica sobre sua formação e seu trabalho, reflexões em instâncias políticas e sociais. Todavia, o pensamento reflexivo sobre a didática do/a professor/a o coloca como um sujeito em processo de formação do seu saber e de construção do seu conhecimento profissional. Contudo, a função do/a professor/a reflexivo/a não está direcionada somente à formação que recebe, mas à sua continuidade, visto

que, para Gatti (2016), a formação e atuação do/a professor/a é uma condição de melhoria da qualidade de escolarização de futuras gerações e de possibilidade de participação cidadã em sua conjuntura social.

É nesse sentido que podemos dizer que o/a professor/a deve refletir sobre a sua ação quantas vezes se fizer necessário, considerando suas ações e os desafios que permeiam a profissão docente, pois o/a professor/a encontra em sua sala de aula diferentes atores sociais, com diferentes pensamentos e opiniões, de modo que o seu trabalho deve ter uma função integradora e conciliadora dos conflitos e das diversidades que fazem parte do ambiente educacional. De acordo com Libâneo (2013) e Pimenta (2012), o docente deve refletir sobre a sua ação e sobre a sua reflexão, pois a prática docente deve ter uma função social que auxilie as pessoas a se prepararem para a vida em sociedade, por ser essa função essencial para a sua existência.

Candau (2020) argumenta que o professor deve refletir sobre o processo educativo em sua complexidade, pluralidade e multidimensionalidade, buscando intervir e construir respostas significativas aos questionamentos das pessoas envolvidas e da sociedade de que fazem parte. Nesse sentido, devemos considerar que a construção de conhecimentos inclui relações sociais e culturais em um processo complexo de diferentes conhecimentos que se cruzam, em suas esferas empíricas, sociais e científicas. Segundo Candau (2020, p.39), “trata-se de uma construção permeada por relações sociais e culturais, processos complexos de transposição/recontextualização didática e dinâmicas que têm de ser ressignificadas continuamente”.

Essa perspectiva remete o/a professor/a ao desafio de problematizar o conhecimento escolar, considerando a diversidade de saberes produzidos em um contexto social pluralizado em que o conhecimento deve ser para todos os grupos socioculturais n que compõem o âmbito escolar. Ortanto, é importante que seja estimulado o diálogo no processo de ensino e aprendizagem, considerando os diferentes saberes que se desenvolvem na escola, pois não temos uma sociedade homogênea e, conseqüentemente, não teremos uma escola homogênea. Por isso, o trabalho do/da professor/a exige que ele/ela não seja somente reflexivo/a, mais reflexivo/a e crítico/a no desenvolvimento do seu trabalho, já que inclui dimensões sociais, culturais e educativas.

Ao nos respaldarmos em Candau (2020, p.43), devemos considerar que a atuação do/a professor/a envolve o reconhecimento das heterogeneidades presentes no ambiente escolar, de modo a compreender que, no cotidiano educacional, estão presentes a diversidade de “gênero, sexualidade, étnico-raciais, religiosas, entre outras”. Desse modo, o/a professor/a deve buscar construir uma prática que acolha as diferenças e promova o diálogo, uma vez que ele/ela trabalha com diferentes sujeitos socioculturais e todas as formas de representação sociocultural devem ter o seu espaço no processo educativo, sem exclusões ou discriminação. Afinal, a função do/a professor/a se constrói a partir de uma identidade profissional que busca e revisa os significados sociais que reafirmam a sua prática educativa mediante as inovações e necessidades da realidade. De acordo com Pimenta (2012), essa construção surge do confronto entre as teorias e práticas e da análise organizada das práticas à luz das teorias.

Todavia, aceitar ou negar a diversidade torna-se um reflexo da identidade do/a professor/a e da construção de sua prática, pois, quando ele/ela reafirma uma prática de homogeneização das diferenças, desprezando a heterogeneidade dessas desigualdades, se constroi uma prática que as nega, deixando de lado as reais inovações e necessidades que compõe o processo educativo. A construção dessa identidade envolve a valorização social, financeira e humana que configura o processo de ensino e aprendizagem, de modo que a prática reflexiva deve se estabelecer como uma propensão significativa, pois somente a reflexão não é suficiente, é necessário que o/a professor/a se disponha a apresentar posições concretas para não semear a desigualdade e reproduzi-la no âmbito educacional. Considerar o contexto educacional de maneira reducionista é limitar a didática docente à individualidade em um contexto coletivo.

Torna-se importante, então, ressaltarmos que o/a professor/a reflexivo/a deve levar em conta as diversas dimensões sociais e cotidianas que se concretizam no ambiente escolar, com vistas a refletir sobre a sua prática a partir das condições coletivas em que se pode desenvolver o trabalho docente para estimular o seu papel docente. Sobre isso, Pimenta (2010, p. 39) afirma que: “Conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações”.

Então, para que o/a professor/a seja realmente reflexivo/a, ele/ela deve buscar conhecimentos que contribua com o seu desenvolvimento e com sua atuação. São conhecimentos necessários que devem ser contextualizados segundo os vários processos socioculturais que interagem ao contexto educativo, viabilizando o processo de ensino e aprendizagem em uma dimensão política e social dinâmica, por tratar-se de pessoas concretas que são sujeitos viventes e participantes de uma vida social.

A representação de gênero e sexualidade no ambiente escolar: a atuação docente

Nesta seção, tratamos especificamente da diversidade de gênero e sexualidade no contexto escolar, pois o debate sobre as diferenças no ambiente educacional pede uma conjectura de mudanças de concepções presentes na escola, do próprio ser humano e das políticas públicas que direcionam o campo escolar e a sociedade. Uma mudança que precisa ser coletiva, por abranger sujeitos de distintos processos socioculturais.

Além disso, é importante discutirmos a cultura da violência que cerca essas diferenças no contexto educacional, de modo a destacar que o respeito à identidade de cada sujeito é essencial para corroborar os diversos apontamentos e reflexões sobre o currículo escolar e o desenvolvimento didático-pedagógico que culminam com a desigualdade de gênero e sexualidade. É nesse processo de mudanças que nos perguntamos: Quais seriam essas mudanças? Qual é a importância da escola nesse contexto? Como o/a professor/a deve atuar?

A primeira mudança que deveria ocorrer diz respeito ao próprio conflito do ser humano e de suas concepções de negação ou aceitação do diferente, entretanto ressaltamos que essas mudanças não ocorrem de um dia para o outro,

pois abrangem um processo histórico-cultural de construção do sujeito. Além disso, apesar de reconhecermos que o conflito é necessário para o desenvolvimento do ser humano, também devemos refletir que aceitar as diferenças em suas diversas instâncias também faz parte da evolução conflituosa do ser humano.

A segunda mudança seria a criação de políticas públicas que abarquem as diferenças sociais, em uma esfera real das necessidades sociais, por meio das quais seja discutida a diversidade de gênero e sexualidade, sem os tabus do preconceito, com vistas a perceber sua existência real e a necessária contemplação do ser humano. Todavia, não é possível falar de igualdade, se as próprias políticas públicas trazem a exclusão em seu contexto por não explanarem a questão de gênero e sexualidade com igualdade de direitos, mas trazendo em seu contexto uma visão conservadora de preservação da ordem social vigente e de controle do moralismo individual.

A terceira mudança deve acontecer na escola por ser essa um espaço de discussão e de construção de um/uma cidadão/cidadã conciente e participativo/a em um ambiente coletivo. Refletindo sobre esse debate, podemos dizer que a escola se torna a instituição mais necessária para estimular a reflexão sobre as representações de gênero e sexualidade mediante o conflituoso desenvolvimento do ser humano, visto que este é sujeito de uma sociedade dinâmica e faz parte de grupos socioculturais distintivos em seu processo social e coletivo. A quarta mudança, por fim, seria o respeito às diferenças e suas representações, especificamente as de gênero e sexualidade, foco de estudo deste artigo.

Todavia, para compreendermos as representações sociais no ambiente educacional é necessário entendê-las em seu foco individual e coletivo. Para isso, recorreremos aos estudos de Durkheim (2008) que explica que as representações individuais são de origem empírica por estimularem ações e reações nas pessoas, enquanto as coletivas são produzidas por ações e reações trocadas por pessoas ao conviverem em sociedade. Sobre isso Magnani (2004, p.128), nos explica que “a representação é algo assim como uma espécie de imagem mental da realidade”. Ao levarmos as colocações de Durkheim (2008) e Magnani (2004) para o ambiente escolar, percebemos que ele está cheio de representações que se iniciam individualmente para se empresarem em sua forma coletiva.

A escola é dotada de várias representações que, segundo Martins (2014), assumem o papel de transformação da subjetividade tanto do/a aluno/a como do/a professor/a, pois, em meio a essas transformações, acontece uma reflexão de cada sujeito que pode ser de aceitação ou negação das representações de diversidade. Portanto, a atuação do/a professor/a em meio a tantas representações que compõem a escola se torna fundamental, uma vez que os saberes pedagógicos devem permear essa discussão a fim de evitar conflitos que estimulem a agressão física, verbal ou psicológica em sala de aula.

Em meio a essas diferenças, as discussões se voltam para a questão da representação de gênero e sexualidade por trazer não somente uma discussão do preconceito, mas também de ideias que são estabelecidas em um ambiente coletivo, como a escola. A representação de gênero e sexualidade concebe dimensões do ser humano e de seu modo de viver que não podem ser vistas como um ato violento nem como justificativa de se praticar qualquer ato de agressão contra o/a outro/a.

Reconheço que há mais de um modo de ver os estereótipos e de compreendê-los, tanto no contexto social, quanto no âmbito da Escola. Interessa-me, sobremaneira, na educação formal, os modos como essa rejeição sócio-cultural chega aos sujeitos de gênero, de sexualidades e de raças e etnias consideradas não hegemônicas, acentuando, ainda mais sobre eles, possíveis atitudes de preconceito, discriminação e exclusão social (Furlani, 2007, p. 46).

A percepção dos estereótipos e sua compreendidos no âmbito escolar envolvem vários fatores que podem se tornar atos violentos na cultura escolar, como a discriminação e a exclusão social. Portanto, o olhar da escola para as diferenças e suas representações deve questionar a rigidez dos modelos estabelecidos e apontar suas transformações na visão da figura de homem e mulher, por exemplo. Entretanto, a quebra da barreira do preconceito não é fácil por envolver um contexto educacional coletivo. O/A professor/a deve, então, cultivar o papel de levantar discussões que não favoreçam a discriminação sexual e o preconceito de gênero.

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola contribua com as potencialidades existente em cada ser humano, sem menosprezá-lo por suas diferenças ou representações, respeitando suas percepções de gênero e evitando acentuar possíveis atitudes discriminatórias ou violentas. Segundo Furlani (2007,p.49),“todas as representações possuem efeitos sobre os sujeitos, independente de elas serem, num primeiro momento, ‘verdadeiras’ ou ‘não’”. Por isso, indagamos se o significado que uma cultura adquire na escola constitui uma acepção que transmite ideias de um discurso que se constrói como um paradigma real. Isso atribui um importante papel à escola na construção de representações de gênero e sexualidade, pois o seu discurso, da mesma forma que pode construir um sentido determinante, também pode desconstruir esse sentido, e isso dependerá da forma como os/as agentes que a compõem irão conduzir o discurso sobre a representação de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

O papel do/a professor/a nas discussões de gênero e sexualidade

Uma das grandes questões do estudo sobre gênero e sexualidade na escola está vinculada ao papel do/a professor/a e a sua atuação diante da heterogenidade da sala de aula. Essa sua atuação envolve várias questões que complementam a formação do/da estudante, já que requer não somente o conhecimento das diferenças, mas uma quebra de tradições, que definem um modelo pré-estabelecido para o lugar de homem e de mulher, criando estereótipos em uma divisão sexual de poder.

As construções de modos de ser e estar considerando as feminilidades e masculinidades perpassa pela influência dos diversos contextos de vida e sociedade, dos quais, a escola potencializa alguns modelos hegemônicos sobre os corpos, gêneros e sexualidades, ain-da disciplinando-os para as normas binárias estereotipadas de ser, estar e se constituir enquanto mulher e homem no padrão cisheteronormativo (Hundertmarck, 2021 p. 38).

A escola possui grande influência na constituição dos sujeitos sociais e nas reflexões e nas discussões que promovem iquietações e transformações sobre o pensamento hegemônico de gênero e sexualidade. É nesse contexto que entra a atuação do/a professor/a, dado que a forma como o trabalho docente é conduzido poderá contribuir com a constituição de pensamentos discriminatórios que farão parte da formação de um sujeito, pois, quando em uma aula o/a professor/a define para uma criança que uma cor é somente de menina ou menino, ou quando os meninos não podem brincar de determinadas brincadeiras por serem atribuídas a mulheres ou é permitida a exclusão de uma criança de determinado grupo por ela ser diferente, o/a docente está reforçando parâmetros de distinção social².

São muitos os fatores em torno da função do/a professor/a reflexivo/a no que tange a sua atuação diante das diferenças, visto que é necessário que ele/ela crie estratégias para problematizar e identificar as práticas pedagógicas que podem contribuir com a construção da feminilidade e masculinidade, favorecendo reflexões sobre as funções da escola na condução da temática sobre gênero e sexualidade. Contudo, ao adquirir conhecimentos para uma atuação mais democrática, o/a professor/a salienta que pretende romper com um cenário de desigualdade que permeia as relações sociais diante das diferenças.

Ao discutir a questão de gênero e sexualidade em sala de aula, o/a professor/a deborendo, por exemplo, a dominação masculina na sociedade e sua relação de poder. Essa discussão contribuir para o esclarecimento social do que é aceito para o homem e do que não é aceito para a mulher. Cenário que nos faz questionar: Até quando essa divisão de poderes e o estabelecimento de uma fragilidade para a mulher serão mantidos culturalmente? A subjetividade de gênero e sexualidade são mutualmente instigadas pela objetividade da sociedade, sendo este um dos pontos que torna a escola e a atuação do/a professor/a tão importantes, uma vez que, respeitando as heterogenidades, podemos começar a demonstrar

que os princípios da divisão sexual parecem estar “na ordem das coisas”, inseridos em um sistema de oposições: alto/baixo, sim/não, em cima/embaixo, fora (público) /dentro (privado), duro/mole, dentre outras que são cobertas de sentido social (Silvia, 2015, p.86).

A reflexão de Silva (2015) é bastante pertinente, porque é no ambiente escolar onde também são pré-definidos o lugar de cada sujeito e seus significados, ou seja, onde se formam diferentes grupos e concepções sociais. Os diversos significados formados no campo educacional colaboram na formação, pelo sujeito, de sua identidade de gênero, sexual, social e cultural, entre outras. Dessa forma, meninos e meninas vão construindo suas identidades, aprendendo seus distintos lugares sociais.

² Segundo Hundertmarck (2021), quando a escola reforça as normas binárias de distinção entre homem e mulher no ambiente escolar se constituem padrões cisheteronormativos, pois o padrão normativo imposto é considerado o correto.

E o/a professor/a faz parte desse processo de construção de identidade de seus/suas alunos/as ao reforçar, mesmo que incoscientemente, as relações de poder que estimulam a construção de uma identidade padronizada como natural, sem considerar as diferenças que envolvem tal constituição identitária ou por respeitar as diferenças que compõem o ambiente educacional. Todavia, o maior desafio do trabalho docente se encontra em questionar o natural e não banalizar as diferenças no contexto escolar. Afinal, o que é natural? É separar meninos e meninas por sexo para brincarem? É tratar uma pessoa com indiferença por ela ser considerada fora dos padrões sociais? Cabe, portanto, ao/à professor/a refletir sobre essa naturalidade e sobre as representações das diferenças existentes na sociedade, entre elas a de gênero e sexualidade.

De acordo com Silva (2013), são muitas as possibilidades para se trabalhar em sala de aula a constituição do sujeito no contexto escolar, através do uso de revistas, jornais, músicas, leituras e televisão que podem ser pensados como acessórios pedagógicos, de forma que o/a professor/a possa ampliar o seu olhar para além do currículo escolar, uma vez que os livros didáticos ainda trazem uma separação de gênero e sexualidade padronizadas socialmente, considerando o diferente como anormal. Contudo, tanto a escola como o/a professor/a devem empreender reflexões sobre gênero e sexualidade baseadas na época em que vivemos e na ressignificação da cultura que envolve o processo de construção do indivíduo. Nesse sentido, Furlani (2007, p 50) reforça que “sem dúvida, a cultura estabelece relações entre as identidades (raciais, de gênero e sexuais) e determinadas ‘marcas’ corporais podem ser questionadas”.

É dentro dessa concepção de cultura que o/a professor/a deve ter o cuidado para que ela não seja tratada de forma pejorativa, com significado inferior na construção da identidade do sujeito, de modo que não se torne um ato de violência em sua sala de aula. Quando o/a professor/a vincula a diferença ao preconceito, ou à desigualdade, ou se omite diante de tal fato, ele/a está agregando um significado negativo às diferenças de gênero e sexualidade. Sobre isso, podemos dizer que o trabalho docente abrange vários aspectos nas discussões sobre gênero e sexualidade, aspectos esses que envolvem uma educação de afirmação das diferenças como um efeito sistêmico do diálogo entre a diversidade e sua representação no ambiente escolar.

Entretanto, o reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade presentes no cotidiano escolar ainda é um desafio para o/a professor/a, dado que o processo de construção do sujeito ocorre em diferentes espaços (família, escola, igreja, entre outros), que também interferem na construção individual do sujeito. Assim, apesar de serem atribuídas muitas responsabilidades ao professor/a na reflexão sobre sua atuação docente em relação à representação de gênero e sexualidade, elas não cabem somente a ele/ela e a escola, ainda que ambos devam exercer o seu papel de integradores das diferenças no contexto social.

Considerações Finais

A intenção da escrita deste artigo foi, inicialmente, discutir a atuação do/a professor/a mediante as diferenças que compõem o cenário educacional para compreendermos a importância da escola e do/a docente em relação às questões de gênero. Em especial, apresentamos as reflexões a cerca da cultura da violência presente na escola e as reflexões que a rodeiam.

Partimos do entendimento de que a atuação do/a professor/a é um reflexo da dinamicidade do desenvolvimento social, de modo que essa atuação está inserida em um processo sociocultural que se reflete no conhecimento adquirido e transmitido na escola. O papel do/a professor/a, no processo educativo, envolve culturas distintas que se representam na escola, como a de gênero e sexualidade. Acreditamos que, no cenário escolar, a diferença e sua representação se tornam mais evidentes, diante da coletividade que constitui a escola, e a pessoa do/a professor/a também pode confronta-se com as diferenças em suas diversas instâncias, como a cultura da violência que vem crescendo nos estabelecimentos educacionais. Uma cultura que é externada na escola como reflexo da própria sociedade, mas o docente deve ter o cuidado de não estimulá-la, e sim tratá-la com um olhar humanizador para o seu/sua aluno/a.

O trabalho docente precisa de um olhar para as representações de gênero e sexualidade que o posicione como um/uma mediador/a das situações que podem ocorrer no ambiente escolar, assim ele/a não pode ser representante do preconceito ou da discriminação. Na verdade, ele/a deve tornar-se um reformulador de paradigmas das diferenças, pois, enquanto as políticas públicas e o livro didático insistem em trazer o conservadorismo de um padrão social, o docente deve trazer reflexões que não honorem as diferenças, permitindo que elas sejam compreendidas e respeitadas em sua plenitude. Todavia, ressaltamos que reforçar a separação por meio de estereótipos no contexto coletivo e multiplural que compõe a escola estimula a discriminação e a violência na representação das diferenças. Portanto, o/a professor/a deve ter muito cuidado com sua prática, refletindo sobre a sua ação quantas vezes se fizer necessário.

Entretanto, essa função não é somente do docente, pois não cabe somente à escola desenvolver projetos que estimulem a compreensão das diferenças, sendo também necessário buscar junto às secretarias de educação formação continuada para seus professores que favoreçam essa compreensão das diferenças, de modo que não sejam por ele/a desenvolvidas práticas discriminatórias em sua sala de aula, tornando-o ele/ela mesmo/a o/a reproduzidor/a da violência de gênero e sexualidade dentro da escola. A escola pode ainda buscar envolver a sociedade com projetos voltados para a comunidade, pois não compete somente ao/a professor/a a formação de indivíduos que respeitem as diferenças e as reconheça, mas aos vários grupos que compõem a sociedade para além da escola, e essa função deve ser compartilhada no que se refere ao respeito às diferenças.

É nesses pressupostos que percebemos que o papel do/a professor/a na mediação da violência contra as diferenças e da representação de gênero e sexualidade no âmbito escolar não depende somente do docente mas de todo um

contexto social do qual a escola também faz parte, ainda que o/a professor/a se torna o principal agente, dentro da instituição, por sua atuação direta com os/as alunos/as, contribuindo com o desenvolvimento direto de seus/suas estudantes por meio de suas atuações e dos conhecimentos compartilhados .

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informações Tecnológica Latino-americana-RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF, 2009.

CANDAU, Vera Maria. A didática e formação de educadores- da exaltação a negação: a busca da relevância. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 13-24.

CANDAU, Vera Maria. Didática novamente em questão: fazeres-saberes pedagógicos em diálogos, insurgências e políticas. In: CANDAU, Vera Maria; CRUZ, Giseli Barreto da; FERNANDES, Claudia. (Org.). **Didática e fazeres pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 33-45.

DANIELS. Harry. **Vygotsky e a Pedagogia**. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2008.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, gêneros e sexualidades: discutindo práticas educativas**. Rio Grande. Editora da FURG, 2007. p. 46-58.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores: perspectivas. In: SPAZZIANI, Maria de Lourdes (Org.). **Profissão do Professor: cenário, tensões e perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesco, 2016. p. 117-133.

HUNDERTMARCK, Katiele. Algumas Cenas Escolares na construção de gêneros e sexualidades: um relato de experiências. In: MOURA, Jónata Ferreira de. **Educação, Gênero e Sexualidade: perspectiva crítica e decolonial no espaço escolar e não escolar**. Gauruj, SP: Científica Digital, 2021. p. 37-45.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representações ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas pesquisas atuais. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 127-140.

MARTINS, Marcia Ligia. A constituição histórico-social da subjetividade humana: contribuições para a formação de professores. In: MILLER, Stela; BARBOSA, Maria Valéria, MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima (Org.). **Educação e Humanização: as perspectivas da teoria histórico-cultural**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014. p. 97-110

NEVES, Paulo S. C. Violência e cotidiano escolar: um dilema societário. In: HENNING, Leoni Maria Padilha e ABBUD, Maria Luiza Macedo (Org.). *Violência, indisciplina e educação*. Londrina: Eduel, 2010. p. 111 a 126

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor Reflexivo**: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 17-51

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação No Brasil: um campo de estudos em construção. In: Faria Dermartine e Prado (Org.). **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 19-47

ROCHA Genylton Odilon Rêgo; LIMA, Nayara Chaves. A escola como um espaço de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecendo para proteger. In: ALVES, Antônio Sousa; ALMADA, Francisco de Assis Carvalho; GOMES, Albiane Oliveira; MONETEIRO, Karla Bianca Freitas de Souza (Org.) **Políticas educacionais na educação básica: impactos e perspectivas para escola pública [recurso eletrônico]**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 68-82

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro. Gênero e Sexualidade nas políticas públicas de formação docente continuada e nos espaços escolares. **Revista Científica e Tecnológica/ Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA**. São Luís, v.1, n.1, jan. /dez.2015. p. 79 -90.

SILVA, Fabiana Ferreira da. A produção de corpos generificados no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3.ed. Revisada. Rio Grande. Editora da FURG, 2013. p. 30-33.